



**ACTA Nº 19/2010 DA REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA, REALIZADA NO
DIA 23 DE SETEMBRO DE 2010**

--- Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, reuniu, pelas quinze horas, nas instalações da CIM, em Ponte de Lima, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima. -----

--- Estiveram presentes nesta reunião os Presidentes das Câmaras Municipais de Caminha, Senhora Júlia Paula Pires Pereira Costa, de Melgaço, Senhor António Rui Esteves Solheiro, de Monção, Senhor José Emílio Pedreira Moreira, de Ponte da Barca, Senhor António Vassalo Abreu, de Ponte de Lima, Senhor Vítor Manuel Alves Mendes. -----

Em substituição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, esteve presente o Vice-presidente, Senhor Hélder Manuel Rodrigues Barros, de Paredes de Coura, o Vice-Presidente, Senhor Manuel Pinheiro Monteiro, de Valença, o Vice-presidente, Senhor Manuel Rodrigues Lopes, de Viana do Castelo, o Vice-Presidente, Senhor Vítor Manuel Castro Lemos, e de Vila Nova de Cerveira, o Vice-Presidente, Senhor João Fernando Brito Nogueira. --- Assistiram ainda à reunião, os Senhores Ruy Manuel Ferreira da Silva Guerreiro e Luís Miguel Rodrigues Matos. -----

--- A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo, António Rui Esteves Solheiro. -----

1 – Aprovação da acta n.º 18 de reunião de 08 de Setembro de 2010

--- Foi colocada à consideração do Conselho a proposta da Acta n.º 18 da reunião do Conselho Executivo. Após a sua leitura, a acta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

Ponto 2 – Posição da CIM sobre a introdução de portagens nas SCUT

--- Por iniciativa da Presidência da CIM foi colocada à discussão o tema da introdução de portagens nas SCUT (A27 e A28). -----

--- Da discussão realizada foi aprovada por unanimidade uma declaração (Doc.198/10) que será de imediato divulgada à comunicação social e apresentada em carta dirigida ao Senhor Primeiro Ministro. -----

Ponto 3 – PTD – Ponto de situação da execução do programa

--- O Conselho analisou a situação do PTD e considera que se o embargo sobre o Ciclo Urbano da Água for retirado a curto prazo e a reformulação dos projectos dos Centros Escolares aprovada também a curto prazo há condições para se atingir a meta estabelecida para o período de programação 2008-2010. -----



--- Segundo os cálculos do Gestor, sem estes dois elementos é expectável a 30 de Setembro uma taxa de execução de 25,8% a 28,7% (ambas reportadas à totalidade do programa 2008/2013) dependendo da certificação de despesa do projecto da rede viária de Viana do Castelo e dos acertos da taxa de co-financiamento nos pedidos de pagamento das operações do MT1, MT2 e MT3.(Doc.199/10)-----

--- O Conselho considera que dadas as circunstâncias, este desempenho é muito bom e apelou ao empenho dos Municípios na rápida apresentação de despesa nos projectos aprovados.-----

--- Parecer sobre a candidatura NORTE-02-0469-FEDER-000021 – Requalificação das Termas do Peso – 1ª Fase. O Gestor apresentou o parecer em anexo sobre este projecto que tem valor elegível de 562.498,71 euros com a afectação de 449.998,97 euros de FEDER, no âmbito do aviso de concurso ML/II/AIVT/01/2010. (Doc.200/10). O Conselho emitiu parecer favorável a esta candidatura declarando que se enquadra no PTD Minho Lima, e encarregou o Secretário Executivo de transmitir este parecer à Autoridade de Gestão do ON.2. Terminada a análise e discussão, o Senhor Presidente do Conselho Executivo colocou à votação o supracitado documento, tendo sido aprovado por unanimidade em minuta anexa a esta acta.-----

--- Foi ainda presente uma informação/proposta do Senhor Gestor do PTD propondo o reforço da dotação FEDER do Aviso de Concurso ML/III/CUA/01/2010 (Doc. 201/10) face aos pedidos dos Municípios, para actualizar o valor da comparticipação FEDER de 70 para 80%, de acordo com o Regulamento Específico recentemente aprovado, referente às candidaturas, que oportunamente apresentaram ao supracitado Aviso.-----

--- O valor da dotação FEDER inicial do Aviso era de 3.700.000,00€ e feita a respectiva análise levando em consideração os pressupostos anteriormente expressos o valor do co-financiamento será de 4.086.347,20€ o que corresponde a um incremento de 386.347,20€ do valor inicialmente previsto. A dotação global do Eixo III e da tipologia em causa, no PTD Minho-Lima, comportam perfeitamente o incremento do montante proposto.-----

Como actualmente este tipo de decisões, nos termos da Adenda ao Contrato de Subvenção Global tem que ser sancionadas e consequentemente implementadas pela Comissão Directiva da Autoridade de Gestão do ON.2, uma vez perfilhada pelo Conselho esta informação/proposta deverá ser remetida àquela entidade para os devidos efeitos.-----

--- Terminada a análise e discussão, o Senhor Presidente do Conselho Executivo colocou à votação o supracitado documento, tendo sido aprovado por unanimidade em minuta anexa a esta acta.-----

--- O Presidente do Conselho delegou no Secretário Executivo a tarefa de dar a conhecer à Comissão Directiva da Autoridade de Gestão a sua concordância com o teor do documento supra elencado.-----



Ponto Adicional – Trabalhos de instalação da empresa de distribuição de Água em Baixa a todo o Alto Minho

--- O Conselho fez um ponto de situação dos trabalhos preparatórios visando a instalação da Empresa Intermunicipal, e registou com agrado o empenho dos quadros técnicos de todos os Municípios envolvidos e decidiu acelerar as tarefas de recolha de dados coerentes para o que pediu o apoio do Município de Viana do Castelo. O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo deu o seu acordo imediato pelo que já na próxima semana será concluída a recolha de dados essenciais em falta para a negociação com as Águas de Portugal.-----

--- O Conselho emitiu ainda as orientações para a negociação com as Águas de Portugal que constam em anexo (Doc.202/10).-----

--- Na próxima reunião será dedicado o tempo necessário para a completa discussão da forma de montagem da empresa intermunicipal no cumprimento do mandato do Conselho Executivo.----

Ponto 4 – Protocolo com o Porto Canal, balanço da execução

--- O Conselho analisou o ponto de situação do trabalho do Porto Canal e manifestou o seu agrado pela forma como está a ser desenvolvido, apontando apenas alguns atrasos na disponibilização de imagens para utilização dos Municípios que pode em alguns casos ser de várias semanas.(Doc. 203/10)-----

O Secretário Executivo foi encarregue de obviar a este problema.-----

Ponto 5 – Linha de orientação para o lançamento de procedimento para telecomunicações

--- Aproximando-se o término do contrato de telecomunicações o Conselho discutiu este tema e encarregou os serviços técnicos da CIM de abordarem os operadores de telecomunicações para analisar qual dos caminhos a seguir ou um único contrato para a CIM e todos os seus Municípios ou o estabelecimento de parâmetros que posteriormente os Municípios poderão utilizar. (Doc. 204/10).-----

Ponto 6 – PROMAR, prioridades de arranque

--- O Conselho analisou o Doc. 205/10 sobre as prioridades de arranque do programa e manifestou o seu total acordo às opções do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo de iniciar as operações com dois avisos orientados para a geração de riqueza e o empreendedorismo no aproveitamento de oportunidades na valorização da fileira de produto e na diversificação de actividades nas comunidades piscatórias.-----

--- Estes avisos têm uma dimensão financeira exploratória e terão o apoio técnico da IN.CUBO para o seu desenvolvimento.-----

Ponto 7 – Start Me Up, ponto de situação

--- O Conselho analisou os resultados preliminares das ideias apresentadas a concurso no programa STAR ME UP e manifestou o seu agrado pelo número e qualidade das ideias a concurso. (Doc. 206/10) -----



Ponto 8 – Luís Dantas, obra “Os Deputados do Alto Minho na Primeira República”

--- Sobre este ponto que tinha já sido agendado na reunião anterior o Conselho deliberou aprovar esta iniciativa adquirindo 500 exemplares do livro pelo montante de 1.580,00 Euros.(Doc.195 /10)

Ponto 9 – Outros Assuntos

Mapa de participações

--- O mapa de participações foi analisado e os Senhores Presidentes irão realizar um esforço de regularização a curto prazo, para não dificultar a tesouraria da CIM em Setembro.(Doc. 207/10)-----

--- O Conselho analisou a resposta do Banco Alimentar à oferta de prolongamento do aluguer do armazém até 31 de Janeiro, em que este se regozija pela oferta da CIM, mas transmite que enquanto não conseguir o acordo com a Segurança Social, não tem condições de por si só assegurar essa responsabilidade. -----

O Conselho assumiu que se esse acordo, que é improvável que não seja resolvido até essa data, caso não exista, assegurará condições de funcionamento do Banco Alimentar neste período de grande carência no Alto Minho, tendo o Município de Viana do Castelo manifestado o seu empenho em contribuir para esta causa, uma vez que anteriormente tal não tinha sucedido.--

--- Sobre a Provedoria do Cidadão com Deficiência o Conselho deliberou discutir esse assunto na sua próxima reunião.-----

--- A próxima reunião, foi marcada para o dia 14 de Outubro de 2010, pelas 15H00, nas instalações da CIM em Ponte de Lima.-----

Assembleia Intermunicipal

--- O Conselho tomou nota das reuniões da Assembleia Intermunicipal marcadas para o próximo dia 25 de Outubro e 13 de Dezembro de 2010.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião pelas dezanove horas e trinta minutos. -----

--- E, para constar, se lavrou a presente Acta que fica assinada pelo Presidente do Conselho Executivo e Secretário Executivo. -----

----- ESTÁ CONFORME -----

--- Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, em Ponte de Lima, aos 23 de Setembro de 2010. -----

O PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO, _____

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, _____



Orientações para a negociação com as Águas do Noroeste

Na sequência da deliberação de 22 de Julho de 2010 e das diversas comunicações que os Municípios integrantes já enviaram às Águas do Noroeste é decisão da CIM do Alto Minho estabelecer um quadro de negociação entre os Municípios do Alto Minho e as Águas do Noroeste subordinado aos seguintes princípios:

1. A CIM e os Municípios integrantes tem como objectivo central minimizar os custos globais de aquisição de água e de entrega de águas residuais.
2. Para a formação do custo é importante não só o custo unitário, mas também as condições de fornecimento e o cálculo de perdas e infiltrações no interface Alta-Baixa.
3. Deve ser sublinhado que o custo unitário será fixado anualmente sem o controlo da CIM, mas as condições de fornecimento são, em princípio acordadas com a CIM.
4. Deve ser dada especial atenção à evolução temporal da quantidade fornecida, ou recolhida, tendo em atenção as localizações específicas das zonas que é do interesse da CIM que sejam abastecidas pelas Águas do Noroeste e aqueles que é do interesse da CIM que não o sejam e até quando, tendo em atenção o volume de investimento requerido e o custo de funcionamento após esse fornecimento.
5. Como limite não aceitável é sem dúvida a impossibilidade de adquirir água em volume superior ao consumo em qualquer circunstância.

Não é admissível em contratos públicos aceitar o desperdício de bens adquiridos.
6. Devem ser feitos todos os esforços para a elaboração de novos contratos de fornecimento tal como é determinado pelo D.L. 194/2009.
7. Em nenhuma circunstância deverão existir negociações entre as Águas do Noroeste e qualquer Município da CIM isoladamente.

A mesa negocial deverá ser sempre Águas do Noroeste-CIM.